

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Dispõe sobre a realização de plebiscito para decidir sobre a legalização do aborto

O CONGRESSO NACIONAL DECRETA:

Art. 1º Este Decreto Legislativo dispõe sobre a convocação de plebiscito, nos termos do art. 49, XV, da Constituição Federal e da Lei 9.709, de 18 de novembro de 1998.

Art. 2º Fica convocado plebiscito, de âmbito nacional, a ser realizado em data que será definida pelo Tribunal Superior Eleitoral, para consultar o eleitorado brasileiro acerca da possibilidade de legalização do aborto.

§ 1º. O eleitorado será consultado a responder “sim” ou “não” à seguinte questão: “Você é a favor da legalização do crime de aborto?”

§ 2º. O plebiscito deverá ser realizado no prazo máximo de até 02 (dois) anos a contar da publicação deste Decreto

Art. 3º. O resultado do plebiscito será homologado pelo Tribunal Superior Eleitoral, encaminhado ao Congresso Nacional e terá efeito vinculante na hipótese de aprovação da descriminalização do crime de aborto, tipificado nos artigos 124 e 126 do Decreto-Lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal Brasileiro).

Art. 4º. Serão asseguradas gratuidade e livre divulgação, nos meios de comunicação de massa concessionários de serviço público, em horário eleitoral específico, aos Partidos Políticos ou Frentes Partidárias que prestarão esclarecimentos sobre a opção de sua preferência.

Art. 5º. Serão alocados pela União, no orçamento do Tribunal Superior Eleitoral, a partir da solicitação deste, os recursos necessários à realização do plebiscito.

Art. 6º O Tribunal Superior Eleitoral expedirá as normas regulamentadoras necessárias à realização do plebiscito de que trata este Decreto Legislativo.

Art. 7º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O projeto que ora submetemos ao Senado Federal visa dar ao povo brasileiro a oportunidade de decidir livre e soberanamente sobre o tema da descriminalização do aborto, tipificado nos artigos 124 e 126 do Decreto-Lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal Brasileiro).

A Câmara dos Deputados e o Senado Federal acompanham de longa data debates e propostas legislativas que tratam da possibilidade de legalização do aborto no Brasil. Os embates entre contrários e favoráveis são materializados em diversas propostas em tramitação nas duas Casas.

O Supremo Tribunal Federal (STF) pretende retomar em breve o julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamento – ADPF n 442, proposta pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), que argumentou que as razões jurídicas que moveram a criminalização do aborto pelo Código Penal de 1940 não se sustentam, porque violam preceitos fundamentais da dignidade da pessoa humana, da cidadania, da inviolabilidade da vida, da proibição de tratamento desumano dentre outros.

Pretende o Partido Socialismo e Liberdade que o STF declare a não recepção parcial dos artigos 124 e 126 do Código Penal, ou seja, que não seja mais considerado crime a interrupção da gravidez induzida ou voluntária realizada nas primeiras 12 semanas.

A proteção jurídica ao desenvolvimento embrionário e fetal e o aborto são temas complexos e podem ser considerados, sob o aspecto jurídico, como casos difíceis em razão do forte apelo moral que provocam.

Assim, vale também para este tema o alerta público feito pelo Presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco, quando tratou da descriminalização do porte de drogas para uso próprio: “decisão do STF representará verdadeira “invasão de competência do Poder Legislativo”.¹

Importante ressaltar que países europeus, como Suíça, Portugal e Irlanda, optaram por consultar diretamente sua população sobre a possibilidade de legalizar o aborto por meio de plebiscito ou referendo.²

Precisamos ser transparentes sobre nossas crenças e sobre a laicidade do Estado. Como dissemos em várias oportunidades, somos a favor da vida e contra o aborto. Logicamente, por defendermos o Estado de Direito, respeitamos as

¹ <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/08/02/descriminalizacao-de-drogas-por-decisao-do-stf-e-equivoco-grave-diz-pacheco>

² <https://www.estadao.com.br/politica/suica-vota-plebiscito-que-pode-relaxar-lei-sobre-o-aborto/>

hipóteses previstas no Código Penal que excepcionam o crime, quais sejam, quando a mãe corre risco de morte e em caso de estupro.

O Instituto de Bioética – ANIS, que tem compromisso de fortalecer o ecossistema progressista e feminista no Brasil e na região da América Latina, apresentou estudo ao PSOL para fundamentar a propositura da ADPF. Afirma, em síntese, que a criminalização do aborto causa graves consequências para a saúde, já que no Brasil cerca de metade das mulheres que abortam todos os anos precisam ser internadas. São 250 mil mulheres a cada ano nos leitos do SUS por abortos inseguros.³

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), por sua vez, por meio de Nota editada em 11/04/2017 – “Pela vida, contra o aborto”, em resposta à ADPF 442, reafirmou posição firme em defesa da integralidade, inviolabilidade e dignidade da vida humana, desde a sua concepção até a morte natural” e, desse modo condenou “todas e quaisquer iniciativas que pretendam legalizar o aborto no Brasil”.⁴

Como visto o tema envolve convicção filosófica, fé, saúde pública, dignidade humana e religião. Registrmos, por fim, que tratar o aborto como uma simples cirurgia de retirada de uma pinta na pele significará que a vida humana não tem nada de especial.

Assim, por essas razões, entendemos legítima a consulta direta e soberana do povo brasileiro para decidir se quer ou não a legalização do aborto.

Com isso, buscamos também prestigiar a independência e a harmonia entre os Poderes da República, já que a decisão do povo, neste caso, vinculará, no tema, todos os Poderes.

ROGÉRIO MARINHO

Senador da República

³ <https://anis.org.br/wp-content/uploads/2022/09/RELATORIO-ABORTO-PT.pdf>

⁴ <https://www.cnbb.org.br/aborto-nova-nota-de-condenacao-da-cnbb/>